

Sobre o valor da Interdisciplinaridade

ou apologia às aventuras epistemológicas extraconjugais

Por Itamar Freitas de Oliveira¹

Integração é palavra latina (*integratione*) que significa “ato ou processo de integrar, incorporação, complemento; condição de constituir um todo pela adição ou combinação de partes ou elementos”, informa o Michaelis (2015). Educação integral, formação integral e currículo integral, conservados os sentidos dominantes nos dicionários, seriam, dessa forma, caracterizados pela incorporação de algo a alguma coisa. De maneira mais precisa, educação, formação ou currículo, adjetivados como integrais, seriam estados de coisas ou cursos de vida constituídos pela adição ou combinação de diferentes áreas do conhecimento – fenômenos interdisciplinares.

Aqui, a querela da parte pelo todo ou do todo pela parte não faz a mínima diferença. Na literatura que toma a interdisciplinaridade como objeto da história, sociologia e filosofia, a ideia de constituir um “todo” permanece.

Mas o problema de designar e, portanto, caracterizar e classificar como interdisciplinar determinado pensamento, ação ou coisa se desdobra em três planos: o objeto da integração, as estratégias da integração e os sujeitos da integração.

Dos três, os dois primeiros são os mais estudados, ainda que não se lhes aponham definições consensuais. Assim, no plano inicial (do objeto), os especialistas indicam como integráveis as áreas do saber (grupos de disciplinas), os conteúdos conceituais, os valores e os procedimentos de várias disciplinas. No plano das mediações (estratégias) interdisciplinares, a aprendizagem baseada em projetos (ou problemas) e a organização curricular por temas são as mais requisitadas.

No plano dos agentes da integração, a variação é mais extensa: (1) partilhar responsabilidades afeitas a diferentes disciplinas e ensiná-las em conjunto, dentro de uma disciplina; (2) planejar e aplicar conceitos e resolução de problemas para além da sua disciplina; (3) complementar e/ou justapor conhecimentos disciplinares; (4) resolver problemas que demandam e envolvam outros conhecimentos; (5) promover apoios simultâneos entre duas disciplinas; (6) misturar, fundir, sintetizar disciplinas; (7) construir bases curriculares comuns; (8) ensinar determinados temas, em si mesmos multidisciplinares; (9), cruzar disciplinas; (10) fazer interagir conceitos, métodos e técnicas de

¹ Professor da Universidade de Brasília (UnB). Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: itamarfo@gmail.com

duas ou mais disciplinas; e (11) trabalhar de modo intradisciplinar, ou seja, estabelecer relações sobre questões que envolvem uma mesma área – biologia, geologia e física, por exemplo – dentro de determinada disciplina.

Certamente, todos nós já experimentamos algumas dessas abordagens. Entretanto, como regra, a interdisciplinaridade nunca nos encantou. Nunca a assumimos. Aliás, na sala de professores ou na reunião do sindicato, ela aparece quase sempre como uma ameaça aos nossos empregos, diplomas e prestígio social. Passear de mãos dadas com a interdisciplinaridade nos corredores da universidade ou da escola pega mal.

- Você é formado em quê?
- Sou doutor em humanidades.
- Sim, mas o que você estuda mesmo, qual objeto do saber você domina?
- Oi?!

As razões desse comportamento já foram exaustivamente debatidas pelos próprios (com perdão do aparente oxímoro) “especialistas em interdisciplinaridade”: “morte” da metafísica, desmonte da filosofia, no século XVIII, e separação entre as ciências naturais e ciências humanas, no século XIX, reformas no ensino superior, progresso técnico e alta especialização das ciências, no século XX.

Graças a esses eventos, e também à integração de hermenêutica, crítica e metafísica em “algo”, a história fez-se ciência na cabeça do alemão J. G. Droysen e (com muito menos metafísica) curso propedêutico à ciência nas práticas universitárias dos franceses Ch.-V. Langlois e Ch. Seignobos. Para finalizar os paradoxismos, graças à interdisciplinaridade, Lucien Febvre quase convence aos incautos que a renovadora maneira de entender a história, desde a revista *Annales*, foi construída a partir do “nada”.

No cotidiano das licenciaturas, contudo, basta que o aluno tente consumir inteiramente a bibliografia indicada pelo titular de uma “disciplina” para que se aperceba da necessidade de leituras “transdisciplinares”. Ele fica desapontado com a sua ignorância sobre determinados conceitos, sobre a sua dificuldade de contextualizar. Ele fica embevecido com a erudição das duplas Ranke-Marx e Holanda-Freyre.

Mas, aí, o professor, que indiretamente lhe exige largura de vistas, alerta para um fato: o profissional generalista está morto, ideal e fisicamente. Fora financiado por monarcas, tivera pai e mãe latifundiários, padrinhos burgueses – encastelados no estamento ou simpáticos ao regime. “Meu filho, quantas vezes eu já te disse que o conhecimento só se produz no ócio?”

Esse erudito típico do século XIX, sabemos todos e também o professor epistêmico, trabalhava com reduzido número de obras porque era ínfimo o número de tratados sobre o mundo. E mais: não perambulava de congresso em

congresso, pois inexistiam tais eventos. E se existissem, talvez fossem desnecessários, pois, para atualizar-se ou revisar a literatura, o erudito ativava a sua memória ou manipulava fichas de leitura acumuladas no seu percurso formativo.

- Você fez graduação em...
- Em História, é claro!
- Muito bom. E onde vai fazer mestrado?
- Ainda não sei, estou pensando...
- Você já está pecando! Não pode titubear. Escolha História. E depois, no doutorado, repita a dose, ou não conseguirá vaga em concurso algum, ok?

O diálogo ilustra uma das origens do menosprezo que muitos graduandos demonstram, após formados, em relação aos conhecimentos não etiquetados como “história”. A relação do profissional de história com a interdisciplinaridade é, assim, análoga à referida por Nelma Kodama na CPI da Petrobras: um caso amoroso necessário (porque gostoso) e proibido. No depoimento prestado em 12/05/2015, ela exigiu respeito à condição de “amante”, misto de “amiga” e “esposa” que todo mundo poderia possuir (inclusive os deputados e senadores da CPI), embora não costumassem assumi-la publicamente (ou não seriam amantes – ou não forneceriam prazer diferenciado).

“Que há de mal tentar sair do sério, ter um siricotico... xuxu não é laranja, é só não misturar”, afirma Da Matta (a Vanessa). Cotidianamente, nós, professores de História, involuntariamente, seguimos os conselhos da cantora, não apenas para fruir da quebra de uma regra cristã. Raparigamos para sobreviver profissionalmente.

Nosso namorico é com a antropologia, quando queremos convencer sobre o valor das culturas indígenas; com a sociologia, quando explicamos a solidariedade de classe; com a metafísica, quando elegemos formação cidadã a principal finalidade para o ensino de história; com a economia, para criticar a maioria dos pais dos alunos que pensam a escola a partir das regras do mercado; com a física, quando descrevemos a transformação das medições astronômicas em tempo histórico; com biologia, quando explicitamos diferenças entre criacionismo e evolucionismo; com a estética, quando distinguimos ficções historiográficas de ficções literárias; com a lógica, enfim, para justificar o uso ou o desuso de causas finais e causas eficientes em nossas dissertações.

Quando encontro um aluno de graduação de História arrogantemente orgulhoso da sua “fidelidade epistemológica” ao campo, costumo perguntar pelas categorias abstratas que ele toma como “da história” e que são produzidas especificamente por historiadores. Ele demora a responder. Com muito espremido sai um “tempo breve”. Mas “e o conceito de tempo integrado à locução tempo breve” (pergunto), de onde veio?”

A conversa se encerra quando ele se convence de que o “nada” não produz “algo”. Claro que fica triste com esse momentâneo “empobrecimento” da História, mas consola-se quando digo que grande parte dos alunos de Direito e de Medicina estão em situação “pior” (Esses nem suspeitam de que não existiu universidade na Grécia e em Roma. Não fazem a mínima ideia das razões que os levam a se intitularem como doutores imediatamente ao fim da graduação). Nesse instante, aproveito para executar o golpe final: “não tenha medo de revelar os ninhos de onde extraí o seu conforto para resolver um problema de pesquisa histórica.”

Se ele insiste e resiste à minha irônica pergunta – sobre a originalidade das categorias históricas –, eu mudo de estratégia e uso o peso da tradição: “Ô guri, nada contra os seus “combates pela História”. Mas, por favor, reconheça o valor da nossa amiga-amada-amante: ela se chama Interdisciplinaridade!”

Confiram:

“Amada amante na CPI” -

<https://www.youtube.com/watch?v=4nWECaIkbUc>

“Quando o homem tem uma mangueira o quintal”

<https://www.youtube.com/watch?v=VyFZUkURTgw>